



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO

- **Órgão Demandante:** Prefeitura Municipal de Platina/SP – Secretaria de Saúde
- **Objeto:** Contratação de empresa, por empreitada global, para execução da Obra de Construção de Unidade Básica de Saúde - Tipo II no Município de Platina, através do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, conforme Proposta nº 11221.9250001/24-002 e especificações técnicas estabelecidas neste documento.

### 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução da obra de **construção da Unidade Básica de Saúde (UBS)**, localizada no município de Platina/SP. A obra incluirá a execução de todos os serviços necessários para a edificação da UBS, conforme os projetos técnicos, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos vinculados a este Termo de Referência.

### 3. JUSTIFICATIVA

O município de Platina possui uma população de **3.025 habitantes**, com **100% de cobertura pela Atenção Básica**. Atualmente, a UBS do município funciona em um prédio antigo. Com o **crescimento populacional e o aumento da demanda pelos serviços de saúde**, o espaço tornou-se **insuficiente** para atender adequadamente a população.

Atualmente, a unidade presta atendimento a **todos os cidadãos cadastrados no município**, sendo um município em expansão com potencial para novos moradores. A construção de um novo prédio **permitirá à equipe oferecer um atendimento de melhor qualidade**, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades assistenciais, acolhimento e promoção da saúde.

A obra trará benefícios como:

- **Melhoria na infraestrutura da Atenção Básica**, permitindo atendimentos em um espaço adequado e planejado para essa finalidade.
- **Acesso mais eficiente e confortável** para usuários e profissionais de saúde.

O novo prédio será construído **seguindo as normas técnicas e regulamentações sanitárias vigentes**, garantindo acessibilidade e segurança para todos os cidadãos.

### 4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



A construção da **Unidade Básica de Saúde (UBS)** deverá seguir as especificações técnicas estabelecidas nos documentos do projeto executivo, incluindo:

- **Memorial Descritivo**
- **Cronograma Físico-Financeiro**
- **Planilha Orçamentária**
- **Projetos Arquitetônicos, Estruturais e Complementares**

A obra será executada de acordo com as normas da **ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)**, as exigências da **Vigilância Sanitária** e a **RDC Anvisa nº 50/2002**.

#### **4.1. Fundação**

- Execução de fundação em **sapatas isoladas**, conforme projeto estrutural.

#### **4.2. Estrutura**

- Concreto armado moldado no local, seguindo os cálculos estruturais.

#### **4.3. Alvenaria e Fechamentos**

- Paredes em **blocos cerâmicos ou de concreto**, conforme especificações técnicas.

#### **4.4. Cobertura**

- Estrutura metálica com telhas trapezoidais, garantindo durabilidade e conforto térmico.

#### **4.5. Instalações Hidrossanitárias e Elétricas**

- Sistema dimensionado para consumo eficiente de água e energia, incluindo **separação de circuitos elétricos**.

#### **4.6. Revestimentos e Acabamentos**

- Pisos e paredes revestidos com **materiais de fácil higienização**, seguindo normas sanitárias.

#### **4.7. Ambientes Obrigatórios**

A UBS contará com os seguintes espaços mínimos, conforme exigências da Atenção Básica:

- Consultórios médicos e odontológicos
- Sala de curativos e procedimentos
- Sala de imunização e inalação coletiva
- Recepção e área de espera



- Sanitários acessíveis para **Pessoas com Deficiência (PNE)**
- Almojarifado, farmácia e copa
- Depósito de resíduos comuns e contaminados

#### **4.8. Fiscalização e Responsabilidade técnica**

Toda a execução deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Platina.

### **5. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços será realizada conforme **as etapas previstas no cronograma físico-financeiro**, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade da obra.

#### **5.1. Serviços Preliminares**

- Limpeza e preparação do terreno para início da obra.
- Implantação do canteiro de obras e armazenamento de materiais.
- Instalação de tapumes e medidas de segurança.

#### **5.2. Execução da Fundação e Estrutura**

- Perfuração e concretagem das sapatas.
- Montagem de vigas e pilares estruturais em concreto armado.

#### **5.3. Levantamento de Alvenarias e Instalações**

- Construção das paredes de alvenaria.
- Instalação de sistemas hidráulicos e elétricos.

#### **5.4. Cobertura, Revestimentos e Acabamentos**

- Instalação da estrutura metálica e telhas da cobertura.
- Aplicação de revestimentos internos e externos.
- Assentamento de pisos e acabamentos.

#### **5.5. Instalações Complementares**

- Execução de sistemas elétrico, hidráulico e de segurança.
- Instalação de portas, janelas e louças sanitárias.
- Urbanização e paisagismo das áreas externas.

#### **5.6. Testes e Entrega Final**

- Testes de funcionamento das instalações elétricas, hidráulicas e de climatização.



- Vistoria final para verificação de conformidade com os projetos.
- Entrega da obra para o município, mediante aprovação da fiscalização.

## 6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

A entrega da obra será considerada satisfatória se atender aos seguintes critérios:

### 6.1. Conformidade com o Projeto

- A obra deverá estar integralmente compatível com os projetos executivos, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.
- Todos os materiais e técnicas empregadas devem estar em conformidade com as normas técnicas da **ABNT, RDC Anvisa nº 50/2002 e legislação municipal vigente.**

### 6.2. Qualidade dos Materiais e Execução

- Os materiais utilizados devem ser de qualidade comprovada e atender às especificações do projeto.
- A execução deve seguir boas práticas da engenharia civil, garantindo durabilidade e segurança.

### 6.3. Testes de Funcionalidade e Segurança

- Os sistemas elétrico, hidráulico, de climatização e demais instalações devem ser submetidos a testes de funcionamento.
- As instalações devem atender às normas de acessibilidade, segurança do trabalho e exigências sanitárias.

### 6.4. Aprovação pela Fiscalização

- A obra será considerada concluída **após inspeção e aprovação da fiscalização da Prefeitura Municipal de Platina/SP.**
- Serão verificadas as condições estruturais, instalações e acabamento geral.

## 7. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) será executada conforme o Cronograma Físico-Financeiro, respeitando as seguintes condições:

### 7.1. Prazo de Execução

- Duração total da obra: 18 meses, conforme planejamento técnico.
- Início dos serviços: Até 30 dias após a emissão da Ordem de Início de Serviços.

### 7.2. Etapas da Obra e Prazos

A execução seguirá o seguinte planejamento:



Etapa	Período Estimado
Serviços Preliminares e Indiretos	Mês 1 a 18 (parcelado)
Fundação	Mês 1 e 2
Estrutura	Mês 2, 3 e 4
Alvenaria e Divisórias	Mês 4, 5 e 6
Cobertura	Mês 6 e 7
Impermeabilização	Mês 7
Esquadrias	Mês 8
Revestimentos de Parede	Mês 9 e 10
Revestimentos de Piso Interno	Mês 9 e 10
Revestimento de Piso Externo	Mês 11 e 12
Revestimento de Teto	Mês 10, 11 e 12
Pintura	Mês 12 e 13
Marmoraria	Mês 13
Louças, Metais e Acessórios	Mês 14
Instalações Hidrossanitárias	Mês 13 e 14
Instalações Elétricas	Mês 14 e 15
Climatização	Mês 15
Dados/Voz	Mês 16
Gases Medicinais	Mês 16
Urbanização	Mês 17
Serviços Complementares	Mês 18

### 7.3. Condições de Execução

- Cumprimento rigoroso do cronograma: atrasos deverão ser justificados e aprovados pela fiscalização.



- Execução simultânea de etapas: algumas atividades poderão ocorrer em paralelo para otimização do tempo.
- Disponibilidade de materiais e equipe: a contratada deve garantir fornecimento contínuo de insumos e profissionais.
- Acompanhamento técnico: a execução será monitorada pela equipe de fiscalização da Prefeitura Municipal de Platina/SP.
- O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## 8. ORÇAMENTO ESTIMADO

O custo total da obra segue o planejamento definido no **Cronograma Físico-Financeiro** e na **Planilha Orçamentária** do projeto.

### 8.1. Valor Total da Obra

- **R\$ 2.583.503,09**

### 8.2. Distribuição dos Custos por Etapa

Item	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Percentual (%)
1	Serviços Preliminares e Indiretos	214.252,05	8,29
2	Fundação	263.517,15	10,20
3	Estrutura	343.795,72	13,31
4	Alvenaria, Vedações e Divisórias	237.476,33	9,19
5	Cobertura	123.222,04	4,77
6	Impermeabilização	18.031,77	0,70
7	Esquadrias	240.970,53	9,33
8	Revestimentos de Parede	103.837,46	4,02
9	Revestimentos de Piso Interno	109.726,41	4,25
10	Revestimentos de Piso Externo	47.000,32	1,82





# Prefeitura Municipal de Platina

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ 44.543.999/0001-90

Fones: (18) 3354-1171 | 3354-1182

site: [www.platina.sp.gov.br](http://www.platina.sp.gov.br) | e-mail: [secretaria@platina.sp.gov.br](mailto:secretaria@platina.sp.gov.br)



Item	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Percentual (%)
11	Revestimentos de Teto	48.079,40	1,86
12	Pintura	108.060,80	4,18
13	Marmoraria	16.677,54	0,65
14	Louças, Metais e Acessórios	71.581,63	2,77
15	Instalações Hidrossanitárias	170.234,44	6,59
16	Instalações Elétricas	313.520,17	12,14
17	Climatização	113.991,93	4,41
18	Dados e Voz	7.895,37	0,31
19	Gases Medicinais	12.569,29	0,49
20	Urbanização	10.219,74	0,40
21	Serviços Complementares	8.843,00	0,34
<b>Total Valor Total da Obra</b>		<b>2.583.503,09</b>	<b>100</b>

## 9. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com o avanço físico da obra, conforme as medições realizadas e atestadas pela fiscalização da Prefeitura Municipal.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, desde que haja disponibilidade financeira para desembolso dos recursos que serão transferidos pelo Governo Federal através do Programa Novo PAC.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) de correção monetária.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **10.1. Regime de execução**

O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

### **10.2. Critérios de aceitabilidade de preços**

O critério de aceitabilidade de preços será o menor valor global estimado para a contratação.

O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

### **10.3. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **10.3.1. Habilitação jurídica**

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas





Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **10.3.2. Qualificação Econômico-Financeira**

a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

d) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

e) Será exigido para fins de habilitação capital social mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **10.3.3. Qualificação Técnica**



a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

b) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

c) Registro ou inscrição da empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade.

d) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### 10.3.3.1. Técnico Profissional

e) Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

1	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 – MONTAGEM;
2	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 - MONTAGEM
3	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO
4	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.
5	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO
6	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO ARCO, COM LIGAÇÕES PARAFUSADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO
7	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS
8	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 15 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.



A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionado neste edital, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, sendo admitida ainda a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil.

### 10.3.3.2. Técnico-Operacional

Comprovação de aptidão da empresa para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 – MONTAGEM;	536 kg
2	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 - MONTAGEM	2.657,50 kg
3	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	76,20 m³
4	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	17,40 m³
5	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	36,90 m³
6	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO ARCO, COM LIGAÇÕES PARAFUSADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1.345,00 kg
7	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	1.349,77 m²
8	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 15 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL	80 m

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**10.3.4. Havendo participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**



A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto,





do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Contratada:**

- Executar a obra conforme projeto e normas técnicas.
- Utilizar materiais de qualidade e mão de obra qualificada.
- Garantir segurança no canteiro de obras.
- Prestar garantia de 5% do valor do contrato na forma do Artigo 96 da Lei nº14.133/2021, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

- O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, devendo a indicação ocorrer no mesmo prazo de início da execução da obra evidenciando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- Providenciar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra.
- Vinculam-se independentemente da vigência do contrato a garantia dos serviços estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como aquela estabelecida na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

## **Contratante:**

- Disponibilizar os projetos e aprovações necessárias.
- Fiscalizar a execução e garantir a liberação dos pagamentos conforme medições e disponibilidade financeira.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

- **Fiscalização Técnica**





O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de empenho para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

- A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## 12. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa contratada poderá subcontratar parte dos serviços do objeto deste Termo de Referência, desde que atenda as condições a seguir:

- A subcontratação não poderá ultrapassar 30% do valor total do contrato.
- Não será permitida a subcontratação integral do objeto contratado.
- A subcontratação de empresas que possuam qualquer impedimento legal para contratar com a Administração Pública será vedada.



- A empresa contratada será integralmente responsável pela execução dos serviços subcontratados, incluindo qualidade, prazos e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- O não cumprimento das obrigações pelo subcontratado não eximirá a contratada de suas responsabilidades perante a Administração Pública.
- A Administração Pública se reserva o direito de fiscalizar os serviços subcontratados, podendo solicitar substituição do subcontratado caso identifique irregularidades.
- O descumprimento das regras de subcontratação poderá resultar na aplicação de penalidades previstas no contrato, incluindo advertência, multas e até rescisão contratual.

Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- Fundação, que representa 10,20% do custo total da obra.
- Estruturas, que representa 13,31% do custo total da obra.
- Alvenaria, Vedações e Divisórias, que representa 9,19% do custo total da obra.
- Cobertura, que representa 4,77% do custo total da obra.
- Esquadrias, que representa 9,33% do custo total da obra.
- Revestimento de Piso Interno, que representa 4,25% do custo total da obra.
- Revestimento de Piso Externo, que representa 1,82% do custo total da obra.
- Revestimento do Teto, que representa 1,86% do custo total da obra.
- Pintura, que representa 4,18% do custo total da obra.
- Marmoraria, que representa 0,65% do custo total da obra.
- Instalações Hidrossanitárias, que representa 6,59% do custo total da obra.
- Instalações Elétricas, que representa 12,14% do custo total da obra.
- Climatização, que representa 4,41% do custo total da obra.
- Gases Medicinais, que representa 0,49% do custo total da obra.
- Urbanização, que representa 0,40% do custo total da obra.
- Serviços Complementares, que representa 0,34% do custo total da obra.

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora 02 Executivo

Unidade Orçamentária 02.05. Fundo Municipal de Saúde

Unidade Executora 02.05.01. Fundo Municipal de Saúde

Programa 103010013.1.063000 Construção da UBS

Natureza 4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações



Ficha: 1042 – Desdobro: 3970

Valor: R\$ 2.500.000,00

Fonte: 05 Transferências e Convênios Federais Vinculados

Ficha: 3969 – Desdobro: 3971

Valor: R\$ 205.000,00

Fonte: 01 Tesouro

Aplicação: 310.000 Saúde-Geral

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

O presente Termo de Referência regerá a contratação da empresa responsável pela execução da obra. Qualquer modificação deverá ser formalmente justificada e aprovada pela Prefeitura Municipal de Platina/SP.

Platina/SP, 11 de março de 2025.

**MATHEUS OLIVEIRA PEREIRA**

**ENGENHEIRO CIVIL**

**CREA/SP:5071176192**